



Fatores determinantes no *disclosure* em Responsabilidade Social Corporativa (RSC): um estudo qualitativo e quantitativo com empresas listadas na Bovespa

Communication level and determinant factors of corporate social responsibility disclosure: a qualitative and quantitative study of companies listed in Bovespa

Sérgio Henrique da Conceição¹
Gilson Barbosa Dourado¹
Ana Gabriela Baqueiro¹
Simone Freire¹
Pauline das Chagas Brito¹

Resumo: O presente trabalho constitui-se, enquanto uma pesquisa qualitativa e quantitativa, que a partir do levantamento de literatura acerca do processo de *disclosure*, em responsabilidade social corporativa (RSC) em companhias brasileiras. Realizou levantamento dos relatórios disponibilizados pelas companhias listadas na BOVESPA (Bolsa de Valores do Estado de São Paulo) para um conjunto de 123 empresas, fundamentado pelo referencial da Teoria da Divulgação Voluntária e da Teoria da Legitimidade, aliado à técnica estatística da análise fatorial, buscou identificar o nível de comunicação das informações relacionadas ao desempenho em RSC e prováveis fatores determinantes ao *disclosure* em responsabilidade social corporativa (RSC) a partir de variáveis independentes do desempenho econômico-financeiro e social (distribuição de riqueza) dessas companhias. Os resultados obtidos no estudo sugerem que a política de *disclosure* em RSC para as empresas que formaram a amostra demonstrou ser bastante incipiente e altamente vinculada a aspectos de externalidade positiva (*marketing social*), sendo possível estabelecer uma determinação significante entre o desempenho econômico-financeiro e social com o *disclosure* em RSC, para as empresas que atuam em atividade regulamentada.

Palavras-chave: *Accountability*. Distribuição de riqueza. Responsabilidade Social Corporativa (RSC). *Disclosure* social. *Marketing social*.

Abstract: *The current article is a qualitative and quantitative study based on the literature regarding the corporate social responsibility (CSR) disclosure in Brazilian companies. This research evaluated reports provided by companies listed in BOVESPA (Stock Exchange of the State of São Paulo, Brazil). Based on the Voluntary Disclosure Theory and Legitimacy Theory, 123 companies were evaluated in combination with factor analysis, a statistical technique, in order to identify the level of communication concerning sharing information related to CSR performance and the probable determinant factors to corporate social responsibility (CSR) disclosure using financial economical, and social performance (wealth distribution) as independent variables. The results obtained in the study suggest that the CSR disclosure policy of those companies proved very incipient and highly related to aspects of positive externality (social marketing), and therefore it is possible to establish a strong relationship between economical, financial, and social performance and CSR disclosure for the companies that carry out regulated activities.*

Keywords: *Accountability*. Wealth distribution. Corporate Social Responsibility (CSR). Social disclosure. Social marketing.

1 Introdução

O processo de comunicação acerca de responsabilidade social corporativa (RSC) tem sido objeto de inúmeros estudos que estabelecem

a relevância desse processo enquanto pré-requisito para a manutenção de uma imagem institucional positiva junto ao mercado (clientes, fornecedores

¹ Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias – DCHT, Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Campus XIX, Rod. BA 512, Km 1,5, Polo Petroquímico, CEP 42810-440, Camaçari, BA, Brasil, e-mail: shconceicao@uneb.br; gdourado@uneb.br

Recebido em 17/6/2010 – Aceito em 4/7/2011

Suporte financeiro: PCIN/Proforte/UNEB.

e investidores) e enquanto provável diferencial competitivo (FARIAS, 2008; FERREIRA et al., 2004; LIMA, 2006).

Nesse sentido, as empresas devem contribuir particularmente para a ampliação do *disclosure* relativo à responsabilidade social corporativa (RSC), uma vez que os usuários externos possuem demandas crescentes sobre a valorização dos recursos humanos, distribuição da riqueza, utilização de recursos naturais e impacto ambiental da atuação das entidades no ambiente econômico.

Em caráter complementar, *stakeholders* internos têm interesses em ampliar *disclosure* em RSC se perceberem benefícios no alcance de seus interesses, tais como ampliação do retorno de seus investimentos por ampliação do volume de vendas por associação de imagem positiva junto a consumidores, e redução no custo de capital de terceiros, bem como da eficiência dos arranjos produtivos locais e a adequação na utilização dos recursos materiais, humanos e ambientais pelas organizações, aspecto relacionado ao campo de atuação da Engenharia de Produção.

O presente trabalho, fundamentado pelo referencial da teoria da comunicação e da teoria da legitimidade aliada à técnica estatística da análise fatorial, investigou o nível de comunicação do desempenho em responsabilidade social corporativa (RSC) e a correlação desse processo quanto ao desempenho econômico-financeiro, o desempenho social (distribuição de riqueza) ou alternativamente com a discricionariedade dos *stakeholders* internos e seus interesses em vinculá-los exclusivamente à externalidade positiva (*marketing* social).

1.1 Problema da pesquisa, hipóteses e objetivos

O trabalho pretendeu investigar aspectos de caráter empírico a partir das Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) disponibilizadas pelas companhias da BOVESPA a partir da seguinte questão: **que fatores do desempenho econômico-financeiro e social influenciam significativamente no *disclosure* em responsabilidade social corporativa (RSC)?**

De forma complementar, o trabalho estabelece as seguintes hipóteses:

- **Hipótese 0:** O *disclosure* em responsabilidade social corporativa (RSC) é resultante do poder de discricionariedade dos gestores e dos *stakeholders* internos.
- **Hipótese 1:** As variáveis do desempenho econômico-financeiro e social influenciam de forma significativa no *disclosure* em responsabilidade social corporativa (RSC).

O trabalho apresenta como objetivo geral modelar fatores do desempenho econômico que influenciam

no *disclosure* voluntário em responsabilidade social corporativa (RSC) das companhias listadas na Bolsa de Valores de São Paulo – Brasil (BOVESPA).

Para alcançar o objetivo geral, indicaram-se dois objetivos específicos: (1) identificar fatores significantes do desempenho econômico e social para o *disclosure* voluntário em responsabilidade social corporativa (RSC); e (2) investigar o nível de comunicação de informações relativas ao desempenho social corporativa das empresas listadas na BOVESPA.

2 Fundamentação teórica

2.1 Teoria da divulgação voluntária

A teoria da divulgação voluntária (TDV) tem, a partir dos estudos de Verrecchia (2001), sua base de sustentação; segundo essa teoria, o processo de divulgação das informações torna-se ampliado na medida em que os gestores e empresas percebem incentivos pela disponibilização dessas informações, seja de natureza econômica (seletividade de investimentos) ou institucional (construção e valorização de marca e imagem institucional) junto ao mercado e *stakeholders*.

A teoria busca compreender e explicar a dinâmica dos fenômenos de natureza endógena que envolve o *disclosure*, subsidiando-se de modelos matemáticos que possibilitem a identificação e grau de influência das variáveis relacionadas (SALOTTI; YAMAMOTO, 2008).

Verrecchia (2001) classifica os estudos relativos à compreensão do *disclosure* em três categorias: Pesquisas sobre Divulgação baseadas em Associação; Pesquisas sobre Divulgação baseadas em Julgamento; e Pesquisas sobre Divulgação baseadas em eficiência.

O presente trabalho classifica-se na categoria de Pesquisas sobre Divulgação baseadas em Julgamento, uma vez que tenta relacionar o desempenho econômico-financeiro com o *disclosure* em responsabilidade social corporativa (RSC), tentando estabelecer se essas variáveis foram significantes nesse processo de comunicação.

O contexto do *disclosure* de informações relativas à responsabilidade social corporativa (RSC) guarda aderência com a teoria da divulgação voluntária (TDV) pelo fato dessa temática ser prioritariamente facultativa no contexto das práticas adotadas no Brasil, que, apesar de estabelecer diretrizes nesse processo por meio de suas instâncias reguladoras (CVM e CFC), o faz de forma facultativa.

2.2 Teoria da legitimidade

A teoria da legitimidade possui um enfoque sociológico que manifesta a preocupação das empresas em referendar sua atuação na sociedade por meio do

cumprimento e respeito aos princípios relativos ao meio ambiente, cidadania, costumes e ao ordenamento jurídico do contexto em que se inserem, para tanto, buscam divulgar o impacto de suas atividades econômicas e a utilização dos recursos humanos, materiais e ambientais, seja para o fortalecimento de sua imagem institucional ou para redução das pressões sociais representadas por consumidores, fornecedores e agentes regulamentadores (PATEN, 1992; LINDBOLM, 1994; HYBELS, 1995; DEEGAN, 1996, 2000, 2002; FARIAS, 2008; DIAS FILHO, 2009).

Neste sentido concorda Farias (2008, p. 96):

A abordagem da teoria da legitimidade reflete uma nova sociologia institucional [...] que se preocupa com a legitimação externa das organizações. Esta teoria tem servido de fundamentação teórica para vários estudos no âmbito da divulgação ambiental e de responsabilidade social.

Os agentes externos buscam, de outro modo, informações que possibilitem a avaliação e julgamento dos meios utilizados pelas empresas para o alcance de seus objetivos empresariais e a forma com a qual se utilizam dos recursos postos à sua disposição por meio da concessão social, bem como do respeito aos princípios éticos e legais estabelecidos.

Enquanto instituições sociais, as empresas operam na sociedade por meio de mandado expresso por contrato social e, para sua manutenção ou permanência, necessitam oferecer produtos, mercadorias ou serviços voltados ao atendimento às necessidades da coletividade.

A “renovação” desse contrato social deriva fundamentalmente do atendimento aos anseios da sociedade por produtos e serviços e, complementarmente, da distribuição da riqueza resultante dessa atuação econômica aos agentes que concederam sua autorização e funcionamento por delegação de poder (FARIAS, 2008).

O estudo promove o entrelaçamento das duas teorias (TDV e legitimidade) no sentido em que entende que os gestores estão dispostos a ampliar o *disclosure* quando percebem que podem obter benefícios que facilitem o alcance de suas metas organizacionais e econômicas, de um lado, e do outro, dos agentes externos formados pela sociedade, enquanto consumidores e agentes reguladores que buscam informações quanto à utilização dos recursos postos à disposição dessas companhias resultante da delegação de poder (*accountability*).

2.3 A Responsabilidade Social Corporativa (RSC)

Não existe, de forma pacífica, exatidão quanto ao início do processo de evidenciação de informações de

responsabilidade social corporativa na literatura. No início dos anos 60, por conta da guerra do Vietnã, o governo Nixon (EUA) e as entidades que apoiavam a guerra foram fortemente criticados pelos cidadãos, que exigiam uma mudança de postura moral e ética.

Na França, pesquisadores na década de 70 propuseram em estudos e levantamentos estatísticos mensurar aspectos socioeconômicos do país tais como, relação de emprego, mobilidade social e utilização do lucro etc.

No Brasil, as evidências sugerem – a partir do Instituto Brasileiro de Estudos Sócios Econômicos (IBASE) no final década de 80, com estudos realizados pelo sociólogo Herbert de Souza (Betinho) – a ideia de prática, divulgação e evidenciação de ações relacionadas à RSC, resultando inclusive, na concepção de um modelo específico.

Pode ser igualmente evidenciado no âmbito internacional, o trabalho realizado pela *Social Accountability International* (SAI). A SAI é uma organização não governamental, sediada nos Estados Unidos, fundada em 1997 e responsável pelo desenvolvimento e supervisão da norma internacional *Social Accountability 8000* (SA-8000). É uma entidade associada ao Conselho de Prioridades Econômicas (*Council on Economic Priorities*), pioneiro na área de responsabilidade social das empresas.

A SA-8000 é uma norma que visa aprimorar o bem estar e as boas condições de trabalho, bem como o desenvolvimento de um sistema de verificação, que garanta a contínua conformidade com os padrões estabelecidos pela norma, consistindo em um padrão de auditoria social (INSTITUTO..., 2009).

Em 1º de novembro de 2010, foi publicada a Norma Internacional ISO 26000 – Diretrizes sobre Responsabilidade Social, cujo lançamento foi em Genebra, Suíça. No Brasil, no dia 8 de dezembro de 2010, a versão em português da norma, a ABNT NBR ISO 26000 (INSTITUTO..., 2011).

Segundo a ISO 26000, a responsabilidade social se expressa pelo desejo e pelo propósito das organizações em incorporarem considerações socioambientais em seus processos decisórios e a responsabilizar-se pelos impactos de suas decisões e atividades na sociedade e no meio ambiente. Isso implica um comportamento ético e transparente que contribua para o desenvolvimento sustentável, que esteja em conformidade com as leis aplicáveis e seja consistente com as normas internacionais de comportamento. Também implica que a responsabilidade social esteja integrada em toda a organização, seja praticada em suas relações e leve em conta os interesses das partes interessadas.

A norma fornece orientações relativas a conceitos, termos e definições referentes a princípios e prática de responsabilidade social corporativa, bem como

do processo de comunicação de compromissos, desempenho e outras informações referentes à RSC.

A ISO 26000 caracteriza-se enquanto norma de uso voluntário; não se vinculando a processos de certificação. O processo de concepção da norma foi realizado em caráter *multi-stakeholder*, no qual trabalhadores, consumidores, indústria, governo, organizações não governamentais, serviços e outros segmentos foram representados por cerca de 450 especialistas de 99 países do mundo inteiro, além de mais de 200 observadores e de 42 organizações no âmbito internacional, sendo o Brasil representado pelo Instituto Ethos de Responsabilidade Social (organização não governamental), IDEC (consumidor), Inmetro (especialista), Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT (governo), Petrobras e Furnas (indústria), Fundação Vanzolini e Universidade Federal Fluminense (UFF) (academia, serviços e outros segmentos) e Dieese (trabalhadores) e Observatório Social (observadores).

A Norma Internacional ISO 26000 – Diretrizes sobre Responsabilidade Social (ABNT NBR ISO 26000) estabelece como temas centrais as políticas administrativas e de comunicação das organizações relativas à governança organizacional, direitos humanos, políticas trabalhistas, meio ambiente, práticas legais de operação, questão dos consumidores e envolvimento e desenvolvimento da comunidade (INSTITUTO..., 2011).

O processo de evidenciação ou *disclosure* voluntário das informações relativas às práticas de RSC contempla ainda ferramentas específicas, dentre as quais se destacam o Balanço Social, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) e demais relatórios que evidenciam as ações empresariais voltadas à promoção da educação, saúde, inserção das minorias, promoção de políticas afirmativas, de respeito mútuo entre os cidadãos, em ações desenvolvidas tanto no âmbito interno das organizações (funcionários e demais colaboradores) quanto nas comunidades em que estão inseridas.

A prática de evidenciação de RSC vem satisfazer uma demanda da sociedade em obter informações que demonstrem a contrapartida dos ganhos econômicos obtidos, sejam pela utilização dos recursos naturais, materiais ou humanos de uma determinada localidade, como da prestação de contas quanto à atuação dessas organizações, resultante do compromisso formado pelo contrato social, ainda que tácito, estabelecido entre organização e sociedade.

A ideia de *disclosure* relativo à responsabilidade social corporativa não resulta em ponto pacífico na literatura, ao contrário, é possível identificar correntes teóricas que negam mesmo a existência dessa responsabilidade social conforme evidencia Friedman (1970 apud MACEDO et al., 2008, p. 5):

[...] a única responsabilidade social de uma organização é a geração de lucros e riqueza para seus acionistas, sendo sua responsabilidade máxima, portanto, o aumento do desempenho econômico. Quaisquer ações diferentes desta podem colocar em risco a sobrevivência da empresa.

Assim como identificar base teórica que consolida o compromisso de responsabilidade social corporativa em Ashley (2002 apud MACEDO et al., 2008, p. 6) que conceitua a responsabilidade social como

[...] sendo o compromisso que uma organização deve ter para com a sociedade, expresso por meio de atos e atitudes que a afetem positivamente de modo amplo e a alguma comunidade de modo específico.

2.4 Estudos realizados sobre a temática do disclosure voluntário da RSC em abordagem quantitativa

Os estudos relativos à responsabilidade social corporativa (RSC), apesar de bastante difundidos no País desde o início da década de 90, têm apresentado em sua maioria abordagem fundamentalmente descritiva, sendo poucos os dedicados à abordagem empírica lastreados em análise multivariada ou metodologia quantitativa, sendo, iniciativas nesse sentido, relativamente recentes.

O fortalecimento das pesquisas de caráter empírico-positivista tem contribuído para que esse enfoque alcance os trabalhos voltados à investigação dos fenômenos do *disclosure* relativo à responsabilidade social corporativa conforme destacado no Quadro 1.

3 Metodologia

O trabalho caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa e quantitativa, lastreada na técnica estatística da análise fatorial. A amostra do estudo é formada por 123 empresas listadas na BOVESPA (Bolsa de Valores do Estado de São Paulo – Brasil) que disponibilizaram seus relatórios (DFP – Demonstrações Financeiras Padronizadas) por sua ferramenta institucional denominada Divulgação Externa (DivExt) relativos ao exercício de 2008.

O programa Divulgação Externa (DivExt) é um *software* gratuito disponibilizado no sítio da BOVESPA que permite acessar por meio de *download* o conjunto das informações financeiras das empresas listadas, sendo subdivididas em Informes Trimestrais (ITR), Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) e Informes Anuais (IAN).

As Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) contemplam os seguintes relatórios: Balanço Patrimonial (BP); Demonstração do Resultado do

Quadro 1. Estudos relativo ao *disclosure* em responsabilidade social corporativa em abordagem quantitativa. Fonte: Adaptado de Farias (2008).

Ano	Autor(es)	Temática
1995	Meek e Roberts	Relação entre divulgação ambiental e desempenho financeiro.
2001	Nieminen e Niskanen	
2005	Borba	Relação entre desempenho social corporativa e desempenho financeiro de empresas no Brasil.
2007	Kitahara	Responsabilidade social e desempenho financeiro das empresas com base no balanço social quantitativo.
2008	Macedo, Sousa, Sousa e Cipola	Desempenho contábil-financeiro de empresas socialmente responsáveis.
2008	Cipola, Ferreira e Nogueira	Avaliação do desempenho Social: Uma discussão apoiada em análise envoltória de dados (DEA) em empresas siderúrgicas no Brasil.
2009	Borba, Murcia, Rover e Tomazzia	Explicações para a divulgação voluntária ambiental no Brasil utilizando análise de regressão em painel, 2008.
2009	Murcia e Santos	Fatores determinantes do nível de <i>disclosure</i> voluntário.

Exercício (DRE); Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL); Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC); Demonstração de Valor Adicionado (DVA); Notas Explicativas (NE); Parecer dos Auditores Independentes; e Relatório da Administração, sendo seu conjunto utilizado para a elaboração do estudo.

Na etapa quantitativa da pesquisa, buscou-se classificar a amostra da pesquisa em grupos categóricos (empresas regulamentadas e não regulamentadas), definir, a partir da análise dos relatórios financeiros, o grau de evidenciação (*disclosure*), tomando como parâmetro a comunicação de relatórios nos moldes recomendados pela CVM relativo às práticas de responsabilidade social corporativa (RSC) – Parecer de Orientação nº 15/87, a adoção de políticas ambientais e certificações relacionadas aos trabalhadores (SA 8000) e/ou ao meio ambiente (ISO 14000), desde que evidenciados em notas explicativas ou relatórios complementares, e a aplicação do modelo fatorial para investigação de fatores relevantes à comunicação de desempenho em RSC relacionados ao desempenho econômico-financeiro (liquidez, endividamento, fluxo de caixa e criação de riquezas).

Na etapa qualitativa da pesquisa, a partir dos resultados obtidos para a amostra analisada, buscou-se identificar a confirmação dos pressupostos teóricos estabelecidos na Teoria da Legitimidade e Teoria da Divulgação Voluntária (TDV), bem como o grau de amadurecimento da aplicação do conceito de responsabilidade social corporativa (RSC) no âmbito das práticas de comunicação voluntária das companhias brasileiras listadas na BOVESPA.

3.1 Determinação da amostra

A amostra foi classificada em dois grupos, **empresas regulamentadas**, ou seja, empresas que atuam em atividade de prestação de serviços públicos (energia, petróleo e gás, água e saneamento e telecomunicações) mediante concessão pública e cuja atividade é normatizada e fiscalizada por autarquias federais (ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, ANP – Agência Nacional do Petróleo, ANA – Agência Nacional da Água e ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações), e **empresas não regulamentadas**, empresas que atuam nas demais atividades empresariais não regulamentadas (comércio, metalurgia e siderurgia, gráfica e editora, transporte, bebidas e fumo, farmacêutico e higiene, alimentos, construção civil etc.)

A configuração da amostra segue apresentada conforme Tabela 1.

As companhias que formam a amostra foram classificadas em dois níveis de *disclosure* em RSC, a partir da análise das DFPs publicadas: formado pelo grupo de empresas que não faziam nenhuma menção sobre gestão de pessoas ou políticas de responsabilidade social corporativa em notas explicativas, gráficos ou demonstrativos em seus relatórios de administração, categorizadas como “*disclosure* RSC nulo” (1); e formado pelo grupo de empresas que faziam menção sobre gestão de pessoas, políticas ambientais e certificações relacionadas aos trabalhadores (SA 8000) e/ou ao meio ambiente (ISO 14000) em notas explicativas, demonstrativos balanço social quantitativo nos moldes do estabelecido pela CVM (Parecer de Orientação nº 15/87), categorizadas como “*disclosure* sobre RSC existente” (2).

Tabela 1. Segmentos empresariais que compõem a amostra.

Segmento	Percentual (%)
Água e saneamento	4,9
Alimentos	12,2
Bebidas e fumo	0,8
Comércio	4,1
Comunicação e informática	0,8
Construção civil	0,8
Energia elétrica	35,0
Extração mineral	0,8
Farmacêutico e higiene	2,4
Fertilizantes e defensivos	0,8
Gráficas e editoras	0,8
Indústria, siderurgia e metalurgia	13,8
Petróleo e gás	5,7
Serviços médicos	2,4
Telecomunicações	12,2
Transportes e logística	2,4
Total	100,0

3.2 Seleção das variáveis independentes

As variáveis independentes selecionadas no trabalho foram baseadas nas utilizadas em pesquisas disponíveis na literatura, alcançando a elaboração de modelos paramétricos multivariados, que tomaram por base os informes financeiros das companhias, no sentido de estabelecer o grau preditivo dos relatórios financeiros e do trabalho de Conceição e Dourado (2009).

Foram utilizadas as seguintes variáveis independentes na amostra das empresas listadas na BOVESPA, conforme Quadro 2 e sua respectiva fundamentação teórica.

3.3 Análise fatorial

A análise fatorial é uma técnica estatística multivariada que busca sintetizar as informações de um grande número de variáveis em um número muito menor de variáveis ou fatores.

O processo de construção de fatores pela análise fatorial desenvolve-se a partir da análise conjunta de todas as variáveis independentes envolvidas e da identificação de padrões ou fatores subjacentes.

A partir da construção e evidenciação dos fatores, a análise fatorial poderá ser agregada com outras técnicas de análise multivariada, tais como a regressão múltipla. Essa combinação de técnicas possibilitará a redução de riscos com a multicolinearidade, ou seja, um número maior de variáveis em um conjunto menor de variáveis ortogonalmente independentes.

4 Resultados obtidos

Para melhor entender o comportamento das empresas no estudo, separamos as empresas por segmento (regulamentada e não regulamentada), analisando-as separadamente. Deste modo, empregou-se a técnica multivariada de análise fatorial via matriz de correlação, matriz esta estimada pelos mínimos quadrados não ponderados. No surgimento de nebulosidade dos fatores, rotacionamos utilizando o *Varimax*. Para a manipulação dos dados e emprego da técnica multivariada, foi utilizado o *software* SPSS 17.0.

4.1 Resultados obtidos para o conjunto de empresas não regulamentadas

Segundo o método Kaiser-Meyer-Olkin (KMO), o conjunto de dados apresenta 64,7% de adequação ao modelo fatorial. Não se analisou o teste de esfericidade de Bartlett devido à normalidade multivariada não ser garantida.

Devido a alguns fatores apresentarem cargas muito próximas, rotacionamos utilizando a rotação *Varimax* e observou-se uma explicação para o total da variância da amostra em 84,62% com cinco fatores, conforme Tabela 2. Deste modo, classificaram-se os fatores da seguinte forma:

- Fator 1 – Componentes da Riqueza líquida distribuída;
- Fator 2 – Componentes de Desempenho em vendas e fluxo de caixa;
- Fator 3 – Componentes de Origem dos recursos;
- Fator 4 – Componentes de Liquidez;
- Fator 5 – Componentes do Ativo.

4.1.1 Construção do modelo linear

A combinação das variáveis em cinco fatores permitiu a redução dos aspectos relativos à multicolinearidade e de acordo com o estabelecido por Hair Junior (2005).

O modelo linear identificado a partir da extração dos fatores apresentou um desempenho insuficiente no teste R^2 em 0,148, mostrando que o modelo tem baixo poder de explicação. Na Tabela 3, é apresentada a ANOVA para o modelo de regressão adotado (Tabela 3).

O modelo resultante da extração dos cinco fatores (fator 1 – Componentes da Riqueza líquida distribuída; fator 2 – Componentes de Desempenho em vendas e fluxo de caixa; fator 3 – Componentes de Origem dos recursos; fator 4 – Componentes de Liquidez; e fator 5 – Componentes do Ativo) pelo método dos mínimos quadrados não ponderados, apesar de conseguir explicar 84,62% da variância da amostra (Tabela 2), quando conduzidos à construção de um

Quadro 2. Variáveis independentes selecionadas no estudo.

Código da variável	Variável independente
CTPL	X1 = exigível total/patrimônio líquido (Participação de Capital de Terceiros)
PCCT	X2 = passivo circulante/exigível total (Composição do Endividamento)
PERMPL	
LC	X3 = permanente/patrimônio líquido (Grau de imobilização do patrimônio líquido)
LG	
LLPL	X4 = ativo circulante/passivo circulante (Liquidez corrente)
LLVL	
VLAT	X5 = (ativo circulante + realizável a longo prazo)/ (passivo circulante + exigível a longo prazo) (Liquidez geral)
DFLO	
DFEMPR	X6 = lucro líquido/patrimônio líquido (Rentabilidade sobre patrimônio líquido)
EB	
DB	X7 = lucro líquido/vendas líquidas (Margem líquida)
CFNCG	
CPD	X8 = vendas líquidas/ativo (Giro do Ativo)
CINV	
EBTDA%	X9 = despesas financeiras/lucro operacional (Cobertura de juros)
VALVL	
VALAT	X10 = despesas financeiras/empréstimos (Serviço da dívida)
VALPL	
IMPVAL	X11 = empréstimos/patrimônio líquido (Endividamento Bancário)
DIVVAL	
	X12 = empréstimos/ativo (Dependência Bancária)
	X13 = fluxo de caixa operacional/(clientes + estoque, fornecedores, outras obrigações) (Capacidade de financiamento da necessidade de capital de giro)
	X14 = fluxo de caixa operacional/empréstimos (Capacidade de pagamento de dívidas)
	X15 = fluxo de caixa operacional/desembolsos de ativo permanente (Capacidade de investimentos)
	X16 = (Lucro líquido + impostos + depreciação – resultado financeiro)/vendas líquidas (Lucro antes de despesas financeiras, depreciação e participações – Ebt da margem)
	X17 = valor adicionado líquido/vendas líquidas (Lucratividade Líquida das Vendas)
	X18 = valor adicionado líquido/ativo (Lucratividade Líquida do Ativo)
	X19 = valor adicionado líquido/patrimônio líquido (Lucratividade Líquida dos Recursos Próprios)
	X20 = impostos/valor adicionado líquido (Impacto dos impostos na riqueza)
	X21 = dividendos/valor adicionado líquido (Impacto da remuneração dos recursos dos investidores)

modelo de regressão multivariada linear, que constitua um modelo preditivo, não apresentou um desempenho significativo que o validasse (Tabela 3).

Deste modo, não é possível afirmar, a partir dos relatórios das companhias **não regulamentadas** da amostra, a existência de fatores relevantes relacionados ao desempenho econômico-financeiro e social influenciando no processo do *disclosure* relativo à responsabilidade social corporativa (RSC), apesar a priori da significância estatística das variáveis e fatores identificados (a partir do uso da técnica da análise

fatorial) e de sua relativa robustez e aplicabilidade na literatura científica.

O resultado sugere, sobre o conjunto das companhias de atividade **não regulamentada** que constituem a amostra, que o *disclosure* em responsabilidade social corporativa (RSC) não está relacionado ao desempenho econômico, financeiro e social, mas à discricionariedade dos gestores ou *stakeholders*.

Deste modo, entende-se que a hipótese nula deverá ser aceita: o *disclosure* voluntário em responsabilidade social corporativa (RSC) é resultante do poder de discricionariedade dos gestores e dos *stakeholders*.

Tabela 2. Análise fatorial – método dos mínimos quadrados não ponderados.

Variáveis	Fator 1	Fator 2	Fator 3	Fator 4	Fator 5
Valor adicionado/Terceiro	0,986	-0,004	0,107	-0,039	-0,012
Custo médio das dívidas oneradas	0,984	-0,008	0,035	-0,045	0,058
Valor adicionado/Empregados	0,981	0,028	0,032	-0,012	0,034
Capacidade Financeira da Necessidade de capital de giro	-0,955	0,058	-0,036	0,052	0,063
Capacidade de pagamento do custo financeiro	0,873	-0,017	0,014	-0,083	0,059
Valor adicionado/Impostos	0,843	0,100	-0,033	0,024	0,278
Valor adicionado/Vendas Líquidas	-0,001	0,994	0,043	0,074	-0,049
Capacidade de realização de fluxo de caixa	0,042	0,989	0,012	0,079	-0,021
Lucro líquido/Vendas Líquidas	0,024	0,989	0,018	0,091	-0,021
Empréstimo/Ativo	-0,068	-0,980	0,025	-0,106	-0,046
Valor adicionado/Ativo	-0,125	0,827	0,039	0,018	0,349
Capacidade de terceiro/Patrimônio líquido	0,117	-0,002	0,945	0,010	0,167
Valor adicionado/Patrimônio líquido	-0,135	0,071	0,912	-0,030	0,188
Empréstimo/Patrimônio líquido	-0,050	0,046	0,900	-0,050	-0,281
Lucro líquido/Patrimônio líquido	-0,274	0,018	-0,690	0,049	0,250
Permanente/Patrimônio Líquido	0,014	-0,013	0,684	0,001	0,233
Liquidez geral	-0,051	0,101	-0,015	0,969	0,286
Liquidez Corrente	-0,110	0,184	-0,072	0,856	-0,083
Passivo circulante/Capital de terceiro	0,160	-0,085	0,110	0,221	0,681
Valor adicionado sobre ativo	0,058	0,180	0,012	-0,031	0,669
Autovalor	5,58	4,87	3,45	1,85	1,17
Variância explicada (%)	27,92	24,37	17,27	9,23	5,84
Variância explicada acumulada (%)	27,92	52,29	69,56	78,79	84,62

Tabela 3. Tabela de ANOVA para a regressão dos cinco fatores.

Fonte de variação	Soma de quadrados	Graus de liberdade	Soma média de quadrados	Estatística de teste – F	p-valor
Em virtude da regressão	1,82	5	0,36	1,6	0,18
Em virtude do resíduo	10,49	46	0,23	–	–
Total	12,31	51	–	–	–

4.2 Resultados obtidos para o conjunto de empresas regulamentadas

Segundo o método Kaiser-Meyer-Olkin (KMO), o conjunto de dados apresenta 43,7%, ou seja, não representa adequação ao modelo fatorial abaixo de 50% conforme Hair Junior (2005).

Alguns fatores apresentaram cargas muito próximas; rotacionamos utilizando a rotação *Varimax* e observou-se uma explicação para o total da variância da amostra em 61,03% com cinco fatores conforme Tabela 4. Deste modo, classificaram-se os fatores da seguinte forma:

- Fator 1 – Componentes do endividamento;
- Fator 2 – Componentes de Distribuição de riqueza;
- Fator 3 – Componentes de lucratividade;
- Fator 4 – Componentes de capital de giro;
- Fator 5 – Componentes tributários.

A matriz com os fatores rotacionados a partir do método dos mínimos quadrados não ponderados está disposta na Tabela 4. Adotou-se o procedimento de selecionar os fatores com cargas absolutas maiores que 0,3 para a elaboração do modelo de regressão multivariada.

4.2.1 Construção do modelo linear

A combinação das variáveis em cinco fatores permitiu a redução dos aspectos relativos à multicolinearidade e de acordo com o estabelecido por Hair Junior (2005).

O modelo linear identificado a partir da extração dos fatores apresentou um desempenho insuficiente no teste R^2 em 0,208, mostrando baixo poder de explicação.

O modelo resultante da extração dos cinco fatores (fator 1 – Componentes do endividamento; fator 2 – Componentes de distribuição de riqueza; fator 3 – Componentes de lucratividade;

Tabela 4. Análise fatorial – método dos mínimos quadrados não ponderados.

Variáveis	Fator 1	Fator 2	Fator 3	Fator 4	Fator 5
Capacidade de terceiro/Patrimônio líquido	1,013	0,012	0,015	-0,053	0,057
Permanente/Patrimônio líquido	0,964	0,028	-0,007	-0,033	0,105
Valor adicionado/Patrimônio líquido	0,828	0,023	-0,035	-0,003	0,022
Empréstimo/Patrimônio líquido	0,735	-0,021	-0,029	-0,168	-0,140
Valor adicionado/Ativo	0,000	0,977	-0,095	0,038	0,166
Valor adicionado sobre ativo	0,012	0,950	0,113	0,001	0,138
Empréstimo/Ativo	0,042	0,930	0,035	-0,057	-0,169
Valor adicionado/Empregados	-0,021	-0,079	0,920	-0,066	0,286
Capacidade de pagamento do custo financeiro	-0,056	-0,073	0,786	-0,100	0,305
Valor adicionado/Terceiro	-0,100	-0,062	0,708	-0,263	-0,384
Valor adicionado/Vendas líquidas	-0,140	-0,067	-0,293	0,062	0,076
Liquidez Corrente	0,109	-0,130	-0,256	-0,144	0,049
Capacidade de realização de fluxo de caixa	0,005	-0,011	0,023	0,989	0,157
Lucro líquido/Vendas líquidas	-0,044	-0,064	-0,120	0,634	0,235
Custo médio das dívidas oneradas	-0,016	0,016	-0,065	0,510	-0,107
Lucro líquido/Patrimônio líquido	-0,203	0,027	-0,062	0,465	0,182
Valor adicionado/Impostos	0,023	0,166	0,000	-0,062	0,664
Capacidade Financeira da Necessidade de capital de giro	-0,056	-0,051	0,076	0,202	0,545
Passivo circulante/Capital de terceiro	0,007	0,090	0,225	0,134	0,532
Liquidez geral	0,049	-0,099	-0,230	0,058	0,432
Autovalor	3,39	2,86	2,59	2,26	1,11
Variância explicada (%)	16,96	14,29	12,96	11,28	5,54
Variância explicada acumulada (%)	16,96	31,25	44,21	55,49	61,03

fator 4 – Componentes de lucratividade; e fator 5 – Componentes tributários) pelo método dos mínimos quadrados não ponderados (*Varimax*), conseguindo explicar 61,03% da variância da amostra (Quadro 2), quando conduzidos à construção de uma modelo de regressão multivariada linear, que constitua um modelo preditivo, apresentou um desempenho significativo (Tabela 5).

Deste modo, é possível afirmar, a partir dos relatórios das companhias **regulamentadas** da amostra, a existência de fatores relevantes relacionados ao desempenho econômico-financeiro e social influenciando no processo do *disclosure* relativo à responsabilidade social corporativa (RSC).

O resultado sugere, sobre o conjunto das companhias de atividade **regulamentada** que constituem a amostra, que o *disclosure* em responsabilidade social corporativa (RSC) está relacionado ao desempenho econômico-financeiro e social, ou seja, os desempenhos econômico, financeiro e social condicionam a comunicação em responsabilidade social corporativa.

A análise dos coeficientes padronizados dos fatores relevantes (Tabela 6) indica que o *disclosure* em responsabilidade social (RSC) das empresas com atividades regulamentadas, que formaram a amostra, apresentou determinante positivo para os fatores 1, 2 e 5, ou seja, empresas que apresentam maiores níveis de endividamento (fator 1), empresas que apresentam elevado montante de geração de riquezas (fator 2) e

empresas que apresentam forte impacto tributário sobre as riquezas geradas possuem maiores predisposição para comunicação acerca da responsabilidade social corporativa (RSC).

Esse fenômeno pode sugerir que as empresas estão preocupadas em comunicar fatores que as caracterizem no contexto de **externalidade positiva**, elevado nível de riqueza criada, forte incidência dos tributos, em contraposição a um elevado grau de endividamento.

As empresas com atividades regulamentadas, que formaram a amostra, apresentaram determinante negativo para os fatores 3 e 4, ou seja, empresas que apresentam maiores lucratividade (fator 3) e capital de giro (fator 4) possuem menor predisposição para comunicação acerca da responsabilidade social corporativa (RSC), ou seja, seu elevado desempenho econômico-financeiro em contraponto com uma provável baixa inserção de caráter social tornam-nas pouco motivadas para comunicar seu desempenho em RSC, ratificando novamente a preocupação com a **externalidade positiva**.

Deste modo, para o conjunto das empresas que formam a amostra no contexto das atividades regulamentadas, entende-se que a hipótese 1 deverá ser aceita: As variáveis do desempenho econômico-financeiro e social influenciam de forma significativa no *disclosure* em responsabilidade social corporativa (RSC).

Tabela 5. Tabela de ANOVA para a regressão dos cinco fatores.

Fonte de variação	Soma de quadrados	Graus de liberdade	Soma média de quadrados	Estatística de teste – F	p-valor
Em virtude da regressão	3,241	5	0,648	3,243	0,008
Em virtude do resíduo	12,308	65	0,189	–	–
Total	15,549	70	–	–	–

Tabela 6. Tabela dos coeficientes padronizados – empresas regulamentadas.

Modelo	Coefficientes	Erro padrão	Estatística de teste – t	p-valor
Constante	1,324	0,052	25,636	0,000
Fator 1	–0,022	0,042	–0,538	0,593
Fator 2	0,115	0,052	2,198	0,032
Fator 3	–0,040	0,051	–0,789	0,433
Fator 4	0,154	0,045	3,409	0,001
Fator 5	0,040	0,054	0,732	0,467

Tabela 7. Empresas por segmento da amostra que realizaram *disclosure* em RSC.

Segmento	Não realizam disclosure (SER = 0)	Disclosure precário (Marketing social) (RSE2 = 1)	Disclosure fundamentado (CMV) (RSE2 = 2)	Total (RSE)
Comércio	4	1	0	5
Indústria, metalurgia e siderurgia	8	8	1	17
Bebidas e fumo	0	1	0	1
Gráficas e editoras	0	1	0	1
Alimentos	8	6	1	15
Farmacêutico e higiene	1	2	0	3
Fertilizantes e defensivos	0	1	0	1
Transportes	0	1	2	3
Comunicação e informática	1	0	0	1
Construção civil	0	1	0	1
Extração mineral	0	1	0	1
Serviços médicos	1	2	0	3
Telecomunicações	8	7	0	15
Energia elétrica	33	10	0	43
Água e saneamento	2	4	0	6
Petróleo e gás	5	2	0	7
Total	71	48	4	123

4.3 Resultados obtidos e inferências sobre o *disclosure* em Responsabilidade Social Corporativa (RSC) das empresas que formaram a amostra

Das 123 empresas que formaram a amostra do estudo, 52 empresas apresentaram alguma comunicação acerca do seu desempenho em responsabilidade social corporativa (RSC), destas, somente quatro publicaram o balanço social (BS) nos modelos previsto pela CVM (Parecer de Orientação nº 15/87) e 71 empresas não apresentaram nenhum tipo de comunicação relativo ao

desempenho em responsabilidade social corporativa (RSC) conforme evidenciado na Tabela 7.

Esses dados demonstram para a referida amostra que o grau de evolução das teorias fundantes da responsabilidade social corporativa (RSC) e da literatura científica internacional acerca dessa temática, não resulta, ainda, na ampliação dos informes dessa natureza nos relatórios publicados pelas companhias brasileiras listadas na BOVESPA.

Em outro sentido, as demais 48 companhias que comunicam, de forma precária, seus desempenhos em responsabilidade social corporativa (RSC) sugerem

que a prática está mais aderente a uma preocupação com o *marketing* social que a efetividade de suas políticas e ações neste contexto.

Disto resulta, conseqüentemente, uma reflexão dos *stakeholders*, externos (sociedade civil, governo, consumidores), principalmente, quanto à necessidade de um conjunto de normatização, pelos agentes responsáveis (CVM, BACEN e CPC), que contribua para a melhoria da informação dos usuários externos e com a redução dessa assimetria, tendo em vista a relevância do contexto empresarial (companhias de grande porte de capital aberto) e do interesse da CVM em militar na temática (Parecer de Orientação nº 15/87).

5 Considerações e recomendações

Em função dos fatores obtidos e do desempenho do modelo estabelecido a partir da técnica de análise fatorial por meio dos mínimos quadrados não ponderados (*Varimax*) não terem alcançado significância estatística, para as empresas que compõem a amostra das **atividades não regulamentadas**, entende-se que para o conjunto dessas empresas: *As variáveis do desempenho econômico-financeiro e social não influenciam de forma significativa no disclosure em responsabilidade social corporativa (RSC)*.

O *disclosure* voluntário em responsabilidade social corporativa (RSC) indica ser resultante do poder de discricionariedade dos gestores e dos *stakeholders* internos, por meio de suas políticas e diretrizes fixadas, uma vez que não se conseguiu correlacioná-los de forma determinante e significativa ao desempenho econômico-financeiro e social para as empresas de **atividades não regulamentadas**.

Os fatores relativos ao desempenho econômico-financeiro e social apresentaram-se determinantes significativamente ao *disclosure* em responsabilidade social corporativa (RSC) das companhias que formam a amostra, listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA), que desempenham **atividades regulamentadas**; isto sugere que a existência de um patamar mínimo de *disclosure* social fixado pelas agências reguladoras somado a um desempenho favorável em distribuição de riqueza, elevado impacto tributário e de participação de recursos de terceiros (endividamento) potencializam o processo de comunicação do desempenho em responsabilidade social corporativa dessas empresas.

Para as empresas que atuam em segmentos regulamentados, a hipótese nula deve ser rejeitada e aceita a alternativa: *As variáveis do desempenho econômico-financeiro e social influenciam de forma significativa no disclosure em responsabilidade social corporativa (RSC)*.

As conclusões obtidas no trabalho limitam-se à amostra estudada e período analisado; entende-se que o

tamanho da amostra poderá influenciar nos resultados obtidos, restringindo, portanto, a referida amostra, às considerações elencadas no presente trabalho. Recomenda-se, desse modo, que novos estudos sejam realizados com a ampliação da amostra, período e segmentos que possam ratificar os resultados obtidos no presente estudo.

Referências

- CONCEIÇÃO, S. H.; DOURADO, G. B. Desempenho Econômico-financeiro e Fatores Determinantes no Disclosure Voluntário em Responsabilidade Social Corporativa (RSC): um estudo com as empresas listadas na Bovespa (Brasil). In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DA PRODUÇÃO – ENEGEP, 29., 2009, Salvador. *Anais...* Salvador, 2009.
- COSENZA, J. P. A eficácia informativa da demonstração do valor adicionado. *Revista Contabilidade & Finanças*, edição comemorativa, p. 7-29, 2003.
- DEEGAN, C. et. al. Do Australian companies report environmental news objectively? An analysis of environmental disclosures by firms prosecuted successfully by the Environmental Protection Authority. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, v. 9, n. 2, p. 52-69, 1996. <http://dx.doi.org/10.1108/09513579610116358>
- DEEGAN, C. et. al. Firm's disclosure reactions to major social incidents: Australian evidence. *Accounting Forum, special issue on social and environmental accounting*, v. 24, n. 1, p. 100-130, 2000.
- DEEGAN, C. et. al. An examination of the corporate social and environmental disclosures of BHP from 1983-1997: a test of legitimacy theory. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, v. 15, 2002.
- DIAS FILHO, J. M. Novos delineamentos teóricos em Contabilidade. In: RIBEIRO FILHO, J. F.; MARCLEIDE PEDERNEIRAS, J. L. (Orgs.). *Estudando Teoria da Contabilidade*. São Paulo: Atlas, 2009.
- FARIAS, K. T. R. **A relação entre divulgação ambiental, desempenho ambiental e desempenho econômico nas empresas brasileiras de capital aberto**: uma pesquisa utilizando equações simultâneas. 2008. 189 f. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade)-Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2008.
- FERREIRA, F. S. et al. Responsabilidade Social Corporativa no processo estratégico das organizações: uma abordagem através do Balanço Social. In: SEMINÁRIO EM ADMINISTRAÇÃO – SEMEAD FEA-USP, 7., 2004, São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 2004.
- HAIR JUNIOR, J. F. et al. **Fundamentos de Métodos de Pesquisa em Administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- HAIR JUNIOR, J. F. et al. **Análise multivariada de dados**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.
- HYBELS, R. C. On legitimacy, legitimation, and organizations: a critical review and integrative theoretical model. *Academy of Management Journal*, n. especial: Best Papers Proceedings, p. 241-245, 1995

- INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTUDOS SÓCIOS ECONÔMICO – IBASE. **Modelo de Balanço Social Anual para Micro e Pequenas Empresas**. Disponível em: <<http://www.balancosocial.org.br>>. Acesso em: 11 fev. 2009.
- INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL – INMETRO. **ISO 26000**. Disponível em: <http://www.inmetro.gov.br/qualidade/responsabilidade_social/iso26000.asp>. Acesso em: 04 jul. 2011.
- LIMA, G. A. S. F. **Utilização da teoria da divulgação para avaliação de relação do nível disclosure com o custo da dívida das empresas brasileiras**. 2007. 108 f. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade)-Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- LINDBOLM, C. K. The implications of organisational legitimacy for corporate social performance and disclosure. In: **CRITICAL PERSPECTIVES ON ACCOUNTING CONFERENCE**, 1994, New York. **Proceedings...** New York, 1994.
- MACEDO, M. A. S. et al. Análise comparativa do desempenho contábil-financeiro de empresas socialmente responsáveis. In: **CONGRESSO DA USP: CONTROLADORIA E CONTRABILIDADE**, 8., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2008.
- MATARAZZO, D. C. **Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- PATEN, D. M. Intra-industry environmental disclosures in response to the alaskan oil spill: a note on legitimacy theory. **Accounting, Organization and Society**, v. 15, n. 5, p. 471-475, 1992. [http://dx.doi.org/10.1016/0361-3682\(92\)90042-Q](http://dx.doi.org/10.1016/0361-3682(92)90042-Q)
- SALOTTI, B. M.; YAMAMOTO, M. M. Divulgação voluntária da demonstração dos fluxos de caixa no mercado de capitais brasileiros. **Revista Contabilidade & Finanças**, n. 48, 2008.
- SANVICENTE, A. Z. A Contabilidade e a Teoria da Informação. **Caderno de Estudos**, n. 22, 1999.
- TINOCO, J. E. P. **Balanço Social: uma abordagem sócio-econômica da contabilidade**. 1984. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade)-Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984.
- VERRECCHIA, R. Essays on Disclosure. **Journal of Accounting and Economics**, n. 32, p. 97-180, 2001. [http://dx.doi.org/10.1016/S0165-4101\(01\)00025-8](http://dx.doi.org/10.1016/S0165-4101(01)00025-8)